

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Mayara de Carvalho Siqueira
Júlia Oliveira Muinhos

O MASSACRE DE GREENSBORO:
NAZISTAS, COMUNISTAS E KU KLUX
KLAN NOS ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA (1979) - PARTE I

SIQUEIRA, Mayara de Carvalho
MUINHOS, Júlia Oliveira
O MASSACRE DE GREENSBORO: NAZISTAS, COMUNISTAS
E KU KLUX KLAN NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(1979) - PARTE I
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183(490): 243-272, set./dez. 2022

Rio de Janeiro
set./dez. 2022

O MASSACRE DE GREENSBORO: NAZISTAS, COMUNISTAS E KU KLUX KLAN NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1979) - PARTE I

THE GREENSBORO MASSACRE: THE AMERICAN NAZI PARTY, THE COMMUNIST WORKER'S PARTY AND THE KU KLUX KLAN IN THE UNITED STATES OF AMERICA (1979) – PART I

MAYARA DE CARVALHO SIQUEIRA¹
JÚLIA OLIVEIRA MUINHOS²

Resumo:

Em novembro de 1979, na cidade de Greensboro, na Carolina do Norte, manifestantes do Partido dos Trabalhadores Comunistas (Communist Workers' Party - CWP) foram assassinados por membros do Ku Klux Klan (KKK) e do Partido Nazi Americano (American Nazi Party - ANP). Os homicídios aconteceram durante um protesto organizado pelo CWP em oposição à KKK e faziam parte de um contexto maior de oposição entre comunistas e trabalhadores negros, de um lado, e nazistas e supremacistas brancos, de outro. O massacre foi televisionado, gerando grande mobilização da população local, e ganhou notoriedade em todo o país. Décadas depois, em 2004, houve a instalação da Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro (CVRG) para analisar os impactos desses fatos e fazer recomendações para sua reparação. A pesquisa foi iniciada na tentativa de compreender e analisar as nuances restaurativas da prática transicional de Greensboro. Contudo, ao tomarmos contato com a complexidade e a relevância dos fatos históricos, optamos por distribuir a pesquisa em diferentes artigos. Este é o primeiro destes trabalhos, propondo-se a compreender e contextualizar o massacre, apresentando as relações entre comunistas, nazistas, Ku Klux Klan

Abstract

In November 1979, members of the Ku Klux Klan (KKK) and the American Nazi Party (American Nazi Party - ANP) killed demonstrators of the Communist Workers' Party (CWP) in the city of Greensboro, North Carolina. The killings took place during a protest organized by the CWP in opposition to the KKK and were part of a larger context of opposition between communists and black workers, on the one hand, and Nazis and white supremacists, on the other. The massacre was broadcast and generated great mobilization of the local population, gaining notoriety across the country. Decades later, in 2004, the Greensboro Truth and Reconciliation Commission (CVRG) was established to analyse the impacts of these events and make recommendations for reparations. Our research originated from an attempt to understand and analyse the restorative nuances of Greensboro's transitional practice. However, as we became aware of the complexity and relevance of the historical facts, we chose to split up the research into different articles. In this first article, we seek to understand and contextualize the massacre, presenting the relations between communists, Nazis, Ku Klux Klan and trade unions that led to the event of November 3, 1979. The starting

1 – Doutora em Direito pela UFMG. Pesquisadora de Pós-Doutorado pela UERJ. Professora do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Estácio de Sá, sendo contemplada com bolsa de produtividade em pesquisa. Facilitadora de justiça e práticas restaurativas e Comunicação Não Violenta. E-mail: mdecarvalho@live.com

2 – Bacharel em Direito pela UFMG. Facilitadora em Justiça Restaurativa. E-mail: ju.muinhos@gmail.com.

e sindicatos que culminaram no evento de 03 de novembro de 1979. Para isso, partimos do seguinte problema de pesquisa: como o Partido Comunista dos Trabalhadores, o Partido Nazi Americano e a Ku Klux Klan estavam envolvidos no massacre de Greensboro?

Palavras-chave: Massacre de Greensboro; Ku Klux Klan; Partido dos Trabalhadores Comunistas; Partido Nazi Americano; Violência estrutural; Estudo de caso.

point for our research was the following question: How were the Communist Workers Party, the American Nazi Party, and the Ku Klux Klan involved in the Greensboro massacre?

Keywords: *Greensboro Massacre; Ku Klux Klan; Communist Workers' Party; American Nazi Party; structural violence. case study.*

INTRODUÇÃO

Em novembro de 1979, na cidade de Greensboro, na Carolina do Norte, manifestantes do Partido dos Trabalhadores Comunistas³ (Communist Workers' Party - CWP) foram assassinados por membros do Ku Klux Klan (KKK) e do Partido Nazi Americano (American Nazi Party - ANP) durante um protesto organizado pelo CWP em oposição à KKK.

O massacre⁴ foi televisionado, gerando grande mobilização da população local, e ganhou notoriedade em todo o país. Após os fatos, a cobertura do resultado violento pela mídia e a polarização entre comunistas, nazistas e supremacistas brancos levou a uma onda de insegurança na cidade.

Como era de se esperar para um evento dessa magnitude, sua existência não estava isolada do contexto. Ao contrário, era reflexo do acirramento de violências que perpassam pela expansão do Klan na Carolina do Norte ao longo da década anterior; pelos embates ocorridos entre a Ku

3 – Ao longo de todo o trabalho, utilizaremos os nomes de organizações e citações em língua portuguesa. Os fatos aconteceram nos EUA e, como tal, os documentos e notícias que o respaldam estão exclusivamente em língua inglesa. Apresentar uma versão dos nomes e citações com nossa tradução é parte do cuidado de tornar o tema mais acessível para o leitor brasileiro.

4 – Ressalta-se que o termo é utilizado ao longo deste trabalho a partir do entendimento de que os referenciados fatos encaixam-se no conceito de massacre como “assassinio de pessoas sem defesa”. O uso do termo é politicamente demarcado ao longo da história do evento e da própria trajetória da Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro. Acreditamos que não se posicionar frente a violências estruturais é uma maneira de contribuir para a sua normalização. Ao nomear o que ocorreu como massacre, buscamos honrar a memória de suas vítimas diretas ou indiretas.

Klux Klan e o Partido dos Trabalhadores Comunistas no decorrer daquele mesmo ano; pela polarização ideológica característica da guerra fria; e mesmo pelas violências estruturais de uma sociedade em que raça social é elemento válido de *discrimen*.

O interesse da pesquisa surgiu pelo conhecimento de que, décadas após o massacre, houve a instalação da Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro (CVRG) voltada a compreender os fatos, validar narrativas, construir condições para reparação de danos e promover restauração.

A CVRG apresentou algumas peculiaridades que reforçaram nosso interesse no tema: a) diferente da maior parte das práticas de Justiça de Transição, foi uma iniciativa de caráter eminentemente popular, sem participação direta do Estado; b) seu objeto não estava relacionado a uma transição democrática⁵, mas ao combate à normalização de violências estruturais⁶; e c) a CVRG autointituiu sua prática como Justiça Restaurativa de Transição⁷.

5 – Têm-se consolidado, no campo da Justiça de Transição, vozes que defendem a expansão de suas ideias de reconhecimento, responsabilização e reparação a questões estruturais e institucionais cada vez mais profundas. Para que a verdadeira transição exista, cada vez mais se reconhece a necessidade de desafio ao *statu quo* violador de direitos, bem como a transformação profunda das instituições sociais (MCEVOY; MCGREGOR, 2008, p. 1-15).

6 – É importante ter em mente que a violência pode se manifestar de formas distintas e que atinge desigualmente os atores sociais. Ela não se confunde com crime ou ato infracional, ainda que muitas vezes seja tangenciada por eles. Quando as violências compõem ou sedimentam formas de dominação, resultando de distribuição desigual de recursos ou poder, falamos em "violências estruturais", em virtude de sua naturalização e confusão com as próprias estruturas da organização social (GALTUNG, 1969; FARMER, 1996; WINTER, LEIGHTON, 2001).

Importante ressaltar que o racismo e a pretensa supremacia branca constituem, de per si, manifestações de violências estruturais, uma vez que, cientificamente, não existem distintas raças da espécie humana. Ao contrário, "raça" só é um critério possível para seres humanos quando socialmente considerado, isto é, não passa de uma construção social para legitimar discriminação entre seres biologicamente iguais.

7 – No que pese os pontos de contato entre Justiça Restaurativa e Justiça de Transição, seus estudos e práticas têm se operacionalizado de modo majoritariamente apartado. Ao tomar conhecimento de uma prática comunitária de Justiça de Transição que se automeava de restaurativa, surgiu o interesse em fazer um estudo de caso para investigar as convergências entre os dois campos.

Para fazer o estudo de caso da prática da Comissão, foi necessário compreender as nuances do contexto em que aconteceu a explosão de violência. Ao longo do processo de pesquisa, notamos que os fatos relacionados ao evento eram, por si só, interessantes para serem relatados como produto da pesquisa, já que envolviam atores de projeção mundial como comunistas, nazistas e Ku Klux Klan.

Todavia, no decorrer da pesquisa documental, percebemos que as informações sobre o massacre eram tão profundas e complexas e, ao mesmo tempo, tão pouco conhecidas no nosso país que justificariam um produto próprio para sua divulgação entre pesquisadores brasileiros.

Desse modo, optamos por distribuir os conteúdos em diferentes artigos, trabalhando com mais cuidado os diversos objetivos. Este é o primeiro destes trabalhos, propondo-se a compreender e contextualizar o massacre, apresentando as relações entre comunistas, nazistas, Ku Klux Klan e sindicatos que culminaram no evento de 03 de novembro de 1979.

Para isso, parte do seguinte problema de pesquisa: como o Partido Comunista dos Trabalhadores, o Partido Nazi Americano e a Ku Klux Klan estavam envolvidos no massacre de Greensboro?

O artigo seguinte, publicado nesta revista sob o título “Justiça Restaurativa de Transição: estudo de caso da Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro, EUA (2005-2006) - Parte II”, busca analisar a adequação das ações de Justiça Restaurativa de Transição da cidade de Greensboro ao paradigma restaurativo.

O projeto maior contempla pesquisas documental e bibliográfica. Este artigo consiste em relatório parcial a partir da análise dos dados obtidos dentro do universo da pesquisa.

Foi realizada pesquisa documental qualitativa, distribuída nas três fases enunciadas a seguir:

Fase 1 – Consideramos os elementos basilares da Justiça Restaurativa no âmbito de conflitos⁸ na análise das produções textuais componentes das ações de JRT de Greensboro, com atenção aos seguintes conteúdos: o Relatório Final da Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro; as postagens e comentários do blog da Comissão⁹; os vídeos de apresentação da CVR disponíveis no Youtube¹⁰; a filmagem do evento do Truth Matters! The 1979 Klan/Nazi Greensboro Massacre, produzido pela organização da sociedade civil Repairers of the Breach¹¹; os conteúdos de Verdade e Reconciliação de autoria e armazenamento no site Beloved Community Center¹², os quais incluem cartas abertas das viúvas e sobreviventes da tragédia; os livros “Learning from Greensboro: Truth and Reconciliation in the United States”, “Remaking Transitional Justice in the United States – The Rhetorical Authorization of the Greensboro Truth and Reconciliation Commission”.

Fase 2 – Foi feita análise das reações midiáticas no âmbito digital aos processos de JRT de Greensboro, pela identificação das chamadas “molduras midiáticas¹³” na apresentação das notícias. Nesse sentido, analisamos as narrativas produzidas pelas molduras midiáticas no âmbito dos quatro jornais da cidade: o “News and Record”, o “Carolina Peacemaker”, o “Yes! Weekly” e o “Rhinoceros Times”.

Fase 3 – Escrita dos artigos de pesquisa, descrevendo o massacre e as experiências de JRT de Greensboro e relacionando-as com o fundamento do paradigma restaurativo de justiça.

8 – Nomeadamente, conexão, reconhecimento, responsabilização, satisfação das necessidades humanas e reparação de danos.

9 – Disponível em <<https://gtrc.blogspot.com/>>.

10 – Disponíveis em <<https://www.youtube.com/watch?v=-NvO2Vd3Abc>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=UKnZmujO9M>>

11 – Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nqpClXnjS_E>

12 – Disponível em <<https://belovedcommunitycenter.org/truth-reconciliation/>>

13 – Segundo Joseph Cappella e Kathleen Hall Jamieson (1997, p. 57), “as molduras midiáticas são uma questão inclinação, estrutura, ênfase, seleção, escolha de palavras e contexto”.

1 CONTEXTO HISTÓRICO: GREENSBORO, ENTRE A SUPREMACIA BRANCA E A ORGANIZAÇÃO COMUNISTA

Para entender o contexto em que os fatos aconteceram, é importante ter em mente alguns elementos característicos do espaço e da distribuição de poder ao longo das relações sociais no local e data dos fatos. Por essa razão, apresentaremos alguns elementos que facilitem o leitor brasileiro a se situar quanto à trama e aos impactos do Massacre¹⁴.

A cidade de Greensboro, Carolina do Norte, foi fundada em 1808 e, já em seus primórdios, estabeleceu-se como polo industrial de tecidos e produtora agrícola. Além disso, mesmo sendo localizada no sul escravocrata, tinha não só uma grande população de negros, como um número considerável de negros livres. Era, ademais, importante parada na Ferrovia Subterrânea (Underground Railroad), fluxo de libertação de negros escravizados do sul através do transporte para o norte dos EUA, onde não havia escravidão¹⁵ (HOOKER, 2016, p. 93-95).

14 – Usaremos "Massacre", com inicial maiúscula, enquanto substantivo próprio do evento de 03 de novembro de 1979. Quando usarmos o termo com inicial minúscula, estaremos falando do ato de assassinar um grupo de pessoas que não apresentava defesa.

15 – A "Underground Railroad" foi uma expressão de desobediência civil formada por uma rede organizada de pessoas que ofereciam suporte e apoio a escravos que fugiam do sul para o norte, antes da Guerra Civil dos EUA. Consistia, assim, na construção de uma rota pela qual as pessoas negras pudessem escapar do sul escravista.

Na Carolina do Norte, o movimento foi fortemente apoiado por pacifistas Quakers. Em Greensboro, havia o único jornal abolicionista do estado, o "Greensborough Patriot".

A partir do final do Século XIX, houve a promulgação as "Fugitive Slave Acts", que permitiam que os estados do norte dos EUA apreendessem e extraditassem os escravos fugitivos ao seu estado de origem. Embora essas leis fossem desobedecidas em vários pontos do norte, o transporte da rede clandestina passou a priorizar seguir com os negros para o Canadá, buscando garantir sua segurança. Já as "Personal Liberty Laws", que foram declaradas inconstitucionais posteriormente, buscavam proteger os negros que fugiam do sul. Cf. INDIANA DEPARTMENT OF NATURAL RESOURCES. **Underground Railroad**. Disponível em: <<https://www.in.gov/dnr/historic-preservation/learn-about-topics/underground-railroad/>>. Acesso em: 08 nov. 2022.; COFFIN, Alex; WILLIAMS, Wiley. **Underground Railroad**. Disponível em: <<https://www.ncpedia.org/underground-railroad>>. Acesso em: 08 nov. 2022.; BAKER, Robert. **Personal Liberty Laws**. Disponível em: <<https://www.essentialcivilwarcurriculum.com/personal-liberty-laws.html#:~:text=The%20personal%20liberty%20laws%20of,Fugitive%20Slave%20Act%20of%201793.>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Assim, a cidade tornou-se, ao longo dos anos, importante centro de educação superior para pessoas negras, a começar pela fundação do Guilford College por ativistas pela abolição da escravidão e desembocando no estabelecimento das importantes universidades de tradição negra: Bennett College e North Carolina A&T (HOOKER, 2016).

Foi nesse contexto, por meio da organização estudantil, que Greensboro se tornou uma das primeiras cidades em que aconteceram os protestos sit-in, em que pessoas negras entravam em estabelecimentos comerciais nos quais, devido às leis de segregação que dividiam os espaços da cidade por critérios de raça¹⁶, não eram servidos e lá se sentavam como forma de protesto não-violento.



Placa do período das “Jim Crow laws”. Fonte: acervo do Jim Crow Museum, disponível em: <<https://www.ferris.edu/HTMLS/news/jimcrow/what2.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

16 – Aqui, remetemos ao contexto das “Jim Crow Laws”, um conjunto de leis aprovadas por legisladores estaduais do sul dos EUA, entre o fim do Século XIX e o início do Século XX, voltadas a estabelecer segregação ancorada em raça social.

Essas leis perpassavam por comportamentos e hábitos da vida cotidiana. A seguir, apresentamos alguns exemplos das regulações das Jim Crow Laws na Carolina do Norte: a) pessoas negras que desejassem ler livros ou periódicos nas bibliotecas ficavam em espaço apartado, sem contato com as pessoas brancas; b) os livros não podiam ser intercambiáveis entre as escolas de brancos e de negros; c) nas forças armadas, havia separação entre as tropas de pessoas brancas e aquelas compostas por pessoas negras, sendo que os comandantes deveriam ser sempre brancos. Cf. FERRIS STATE UNIVERSITY. **JIM CROW MUSEUM. What was Jim Crow.** Disponível em: <<https://www.ferris.edu/HTMLS/news/jimcrow/what.htm>>. Acesso em 07 nov. 2022.; NATIONAL PARK SERVICE. **Jim Crow Laws.** Disponível em: <https://www.nps.gov/malu/learn/education/jim_crow_laws.htm>. Acesso em: 08 nov. 2022.; UNITED STATES COURTS. **History - Brown v. Board of Education Re-enactment.** Disponível em: <<https://www.uscourts.gov/educational-resources/educational-activities/history-brown-v-board-education-re-enactment>>. Acesso em: 07 nov. 2022.; SMITHSONIAN MUSEUM. NATIONAL MUSEUM OF AMERICAN HISTORY. **Separate is not equal: Brown v. Board of education.** Disponível em: <<https://americanhistory.si.edu/brown/history/1-segregated/segregated-america.html>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

No entanto, em oposição à luta por igualdade promovida por esses movimentos, a história da cidade é marcada por reações duras e violentas do status quo escravista, a exemplo da grande resistência à criação e organização de sindicatos e da presença de organizações supremacistas brancas na região (HOOKER, 2016, p. 93-95).

No que toca ao contexto trabalhista, o boicote à formação de sindicatos nas indústrias têxteis da Carolina do Norte perpassou por toda a década de 60 do século XX. Em 1979, ano do massacre, as consequências do histórico de boicotes impactavam fortemente a formação sindical da cidade (CVRG, 2006, p. 68-73).

Ademais, as indústrias eram ambientes de altas tensões raciais entre trabalhadores brancos e negros. Segundo a organização comunista que organizou o protesto anti-Klan que acabou por ser palco do massacre, o CWP, sua oposição à organização de supremacia branca nasceu justamente do combate da KKK à cooperação multiracial nos sindicatos locais (CVRG, 2006, p. 74).

Portanto, em 1979, as indústrias têxteis de Greensboro eram palco de acirradas tensões entre a oposição à sindicalização, as disputas dentro dos sindicatos e o crescimento de organizações comunistas dentro dos sindicatos em pleno contexto da guerra fria. (CVRG, 2006, p. 80-85).

Já no que diz respeito aos grupos supremacistas brancos na região, é importante mencionar que, nos anos 1960, a Ku Kux Klan (KKK) encontrou grande expansão no estado da Carolina do Norte. A seguir, abordaremos alguns aspectos sobre a KKK que auxiliam na contextualização do massacre.

A Ku Klux Klan (KKK) foi fundada em 1865, em contraposição à Reconstrução dos EUA¹⁷, para sustentar a agenda de supremacia bran-

17 – A Reconstrução foi o período da história dos EUA que sucedeu ao término da Guerra de Secessão. Ela se estendeu pelos anos de 1865 a 1877, com o gradual retorno dos estados que estavam separados do país, formando os Estados Confederados da América, e o início do processo de integração de ex-escravos afroamericanos.

ca. Seus membros não só praticavam violências e assassinavam pessoas negras, como também influíam nas eleições e na administração pública estadunidense. Esse grupo, criado imediatamente após a Guerra Civil dos EUA, perdurou até a década de 70 do Século XIX¹⁸.

Em 1915, foi estabelecida uma organização com o mesmo nome e ideais. Somado ao ódio aos negros, o novo grupo passou a opor-se também a imigrantes católicos e judeus, e a combater organização de trabalhadores e o “perigo comunista”¹⁹.

Em 1925, a Klan já tinha mais de 4 milhões de membros, tendo considerável poder político em diversos estados. Embora escândalos e conflitos internos tenham reduzido o poder do grupo ao longo das décadas imediatas, a KKK voltou a crescer nos anos 60, fazendo oposição ao movimento pelos direitos civis que caracterizaram a década nos EUA²⁰.

Em 1965, dezenas de milhares de pessoas compareceram periodicamente às marchas organizadas pela Klan na Carolina do Norte. Em 1966, uma unidade da Klan foi fundada em Greensboro, contando com 54 membros pagantes naquele ano (CVRG, 2006, p. 100-103).

Nos anos seguintes, a KKK sofreu declínio em todo país em razão do combate do Departamento Federal de Investigação – o FBI – e dos crescentes protestos contra a segregação de negros e brancos (CVRG, 2006, p. 100-103).

No entanto, com o retorno dos soldados estadunidenses após o fim da Guerra do Vietnã, em 1975, diversas pessoas que se tornaram figuras centrais na KKK voltaram ao país²¹. Foi assim que a organização encontrou novo crescimento (CVRG, 2006, p. 102-103).

18 – Cf. SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. **Ku Klux Klan**. Disponível em: <<https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/ideology/ku-klux-klan>>. Acesso em 11 out. 2022.

19 – Cf. FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. **KKK Series**. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/history/famous-cases/kkk-series>>. Acesso em: 12 out. 2022.

20 – Cf. FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. **KKK Series**. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/history/famous-cases/kkk-series>>. Acesso em: 12 out. 2022.

21 – Cf. SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. **Ku Klux Klan**. Disponível em: <ht-

Sob a liderança de David Duke, que buscava tornar a ideologia da organização mais palatável no discurso público, houve a disseminação da KKK em solo americano. Seus ensinamentos e visões de mundo aproximavam a Klan dos grupos neo-Nazistas, com declarações e práticas antissemitas. No ano de 1979, a KKK mantinha presença firme no condado de Guilford, onde se localiza a cidade de Greensboro, em plena busca de expansão (CVRG, 2006, p. 102-103).

Para além da KKK, destaca-se o papel do Partido Nazi Americano nas mobilizações supremacistas brancas e anticomunistas na região de Greensboro. O Partido, fundado por Frank Collin, em 1970, com o nome de National Socialist Party of America (Partido Nacional Socialista da América), tinha sedes em Chicago, no estado de Illinois e em Raleigh, Carolina do Norte. Desde seus primórdios, a organização reivindicava explicitamente o legado da Alemanha Nazista de Hitler, apropriando-se de símbolos associados a ela, como a suástica, e tinha como principal atividade a repressão de pessoas negras (WASHINGTON POST, 1980; ABEL, 2009)²².

Ao longo dos anos finais da década de 1970, fortaleceu-se a parceria entre a sede do Partido Nazi, localizada na cidade de Winston-Salem (cerca de quarenta quilômetros de Greensboro), e o Capítulo local da KKK. Essa ligação dava-se especialmente sob o comando do líder nazista Roland Wayne Wood, que fora membro da KKK anteriormente e era veterano da Guerra do Vietnã. Wayne Wood acreditava na necessidade de cooperação das organizações para o fortalecimento de suas pautas racistas e anti-comunistas. Essa parceria se dava, então, com a realização de manifestações e eventos em conjunto – como se deu na ocasião do Massacre, descrito a seguir (CVRG, 2006, p. 103, 107).

Em 1979, ano do Massacre, a KKK e o Partido Nazi eram alvo de grande oposição de diversos grupos, entre eles a Worker's Viewpoint

[tps://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/ideology/ku-klux-klan](https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/ideology/ku-klux-klan)>. Acesso em 11 out. 2022.

22 – O partido fundado em 1970, em Greensboro, foi dissidência do Partido Nazi Americano fundado no país, em 1959, por George Lincoln Rockwell (ABEL, 2009)

Organization (Organização do Ponto de Vista dos Trabalhadores, que se tornaria, em seguida, o Communist Workers Party – Partido dos Trabalhadores Comunistas) (CVRG, 2006, p. 100-103).

A Worker's Viewpoint Organization (WVO) era uma organização comunista-maoísta radical, fundada no pós-Guerra do Vietnã, em um cenário de declínio da União Soviética e ascensão da China comunista (CVRG, 2006, p. 80). A organização tinha forte presença sindical, buscando politizar os trabalhadores e prepará-los para uma revolução comunista vindoura (CVRG, 2006, p. 81).

A WVO chegou em Greensboro em 1975, por meio do trabalho de um grupo de intelectuais de esquerda que buscava transformar as condições de desigualdade socioeconômica na região. Era majoritariamente formada por médicos recém-graduados e por pessoas que tinham deixado a academia para se dedicar à causa comunista (CVRG, 2006, p. 80-81).

Como Greensboro é uma cidade marcada pela indústria têxtil e a produção de algodão é um marco da utilização de mão de obra escravizada nos EUA, a WVO passou a se aliar a ativistas locais pelos direitos das pessoas negras (CVRG, 2006, p. 80-81).

Trabalhando juntos, esse grupo de intelectuais e os diversos ativistas locais entraram em contato com o quartel-general da organização, em Nova York, e fundaram um braço da organização na cidade (CVRG, 2006, p. 81).

Em seus primeiros anos no estado, a WVO desenvolveu grande presença em sindicatos locais – com diversos de seus membros abandonando carreiras de nível superior para organizar os trabalhadores nas fábricas de tecidos da região.

De 1975 a 1979, a WVO conseguiu se inserir nos sindicatos, conquistando adesão crescente dos trabalhadores. Apesar disso, os militantes ainda enfrentavam críticas por parte de trabalhadores que acreditavam que as lutas e necessidades dos trabalhadores fabris estavam sendo

instrumentalizadas pelos comunistas para gerar adesão à sua ideologia (CVRG, 2006, p. 85-89).

A WVO intensificou sua atuação contra a KKK e outras organizações supremacistas brancas no ano de 1979. Esse movimento teve como justificativa a percepção de que a manutenção do racismo e da desigualdade racial era estratégica na manutenção do poder econômico das elites brancas, voltada à divisão dos trabalhadores, e que combatê-los seria essencial para o fortalecimento sindical da organização. Assim, as pautas do comunismo e do anti-racismo estavam intimamente conectadas no âmbito dos esforços da WVO em Greensboro (CVRG, 2006, p. 87).

2 O ACIRRAMENTO DAS TENSÕES ENTRE COMUNISTAS E SUPREMACISTAS BRANCOS NA GREENSBORO DE 1979

Em 1979, no contexto de expansão tanto da WVO, como da KKK, os dois grupos entraram em confronto direto na região de Greensboro, um conflito acalorado que veio a se tornar um dos principais fatores para a ocorrência do Massacre meses depois.

Em 8 de julho de 1979, a Ku Klux Klan havia reservado o Centro Comunitário de China Grove – uma pequena cidade próxima a Greensboro – para a exibição do filme supremacista branco “Nascimento de uma Nação” (CVRG, 2006, p. 129).

O filme, dirigido por D. W. Griffith e lançado em 1915, apresenta uma narrativa nacionalista branca sobre o contexto que precedeu e as consequências da Guerra Civil. Retrata a população negra como selvagem e violenta, apresentando os membros da KKK como salvadores e protetores da nação (CVRG, 2006, p. 103).

Em resposta à exibição do longa-metragem, a WVO planejou um protesto junto aos residentes do local. Apesar da considerável oposição de parte dos moradores por receio de violência, a manifestação teve grande adesão, com a maioria dos manifestantes carregando algum tipo de arma. Ao som de gritos de “Morte à Klan” e “Klan, escória da terra”, a KKK foi

constrangida a permanecer dentro do Centro Comunitário, impedindo a realização do evento. Três policiais foram responsáveis pelo policiamento do local na ocasião (CVRG, 2006, p. 128-138).

Fruto do protesto em China Grove, estabeleceu-se um clima de euforia e sucesso por parte da WVO e de ressentimento e vingança na KKK. Após o acontecimento, a WVO recebeu grande apoio dos moradores do local, alguns dos quais disseram sentir-se empoderados pela primeira vez na vida (CVRG, 2006, p. 129-132).

Com a vitória da organização comunista, seus membros partiram para o planejamento de uma marcha maior e mais significativa, intitulada de “Morte à Klan”, a ser realizada em Greensboro, em novembro do mesmo ano. A KKK, por sua vez, uniu-se com o Partido Nazi Americano para retaliar o protesto (CVRG, 2006, p. 129-132).

2.1 A participação da Polícia no tensionamento entre supremacistas brancos e comunistas

Para entender como se deu o Massacre, cabe abordar, por último, o papel da polícia no protesto, acusada posteriormente de severa omissão e possível conspiração contra os manifestantes.

Primeiramente, destaca-se que a polícia contava com um informante na unidade da KKK em Greensboro, Edward Dawson. Apesar de sua conexão com a polícia, Edward Dawson era membro ativo da KKK e teve papel chave na organização e execução do ataque da Klan ao protesto. Nas semanas anteriores ao protesto, Dawson discursou em uma marcha da KKK na cidade de Lincolnton incitando os membros da organização a confrontarem o protesto Anti-Klan organizado pela WVO (a qual havia mudado de nome pouco antes, passando a se chamar Communist Workers Party – CWP) (CVRG, 2006, p. 149).

Após o discurso, Dawson disse ao chefe da polícia de Greensboro que talvez fosse melhor cancelar o protesto, considerando os atos de incitação à Klan pelos membros do CWP, que haviam chamado os homens da

KKK de covardes e de escória semanas antes do protesto. O chefe de polícia, no entanto, não achou que seria necessário cancelar a marcha. Além disso, Dawson narrou à polícia que 35 a 50 membros da KKK estavam planejando comparecer ao protesto e que a possibilidade de levar armas tinha sido discutida entre eles semanas antes (CVRG, 2006, p. 152).

Soma-se a esse contexto o fato de que, quando o líder do CWP, Nelson Johnson, foi até a polícia pedir por uma permissão para realizar o protesto, em 19 de outubro, o capitão lhe concedeu a permissão sob a condição de que os participantes da manifestação não portassem armas, dizendo que a responsabilidade de protegê-los seria da polícia de Greensboro (CVRG, 2006, p. 11).

Destaca-se, nesse sentido, que o CWP e, principalmente, Nelson Johnson, que tinha histórico de mais de uma década de atuação em movimentos pelos direitos civis de pessoas negras e de trabalhadores na cidade, eram extremamente estigmatizados pelos policiais (CVRG, 2006, p. 47-48). Na época do protesto, Johnson era considerado o “homem mais perigoso de Greensboro”, enquanto o líder da KKK, Virgil Griffin, era descrito pela polícia, em termos bem mais amenos, como “um cabeça-quente de pavio curto” (CVRG, 2006, p. 192).

Como fruto dessas tensões – e por percepção de ligação de interesses entre polícia e KKK –, a rejeição das forças policiais por parte do CWP era também intensa. Dois dias antes do protesto anti-Klan, Nelson Johnson, líder do CWP, declarou em entrevista que o prefeito e a Delegacia de Polícia deveriam ficar longe do protesto e que os manifestantes se protegeriam por si próprios (CVRG, 2006, p. 11).

Foi nesse contexto que o Protesto de Morte à Klan foi planejado e divulgado para ocorrer em marcha pela cidade de Greensboro no dia 3 de novembro. Conforme narrativa mantida pela polícia após o Massacre, a informação passada sobre o início do protesto havia sido incorreta, já que parte do material de divulgação fazia alusão à utilização de um centro comunitário como ponto de encontro, enquanto na verdade a marcha

começou do bairro Morningside Homes. No que pese esse argumento, a Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro apontou posteriormente que, dois dias antes do protesto, Nelson Johnson havia explicado em detalhes à autoridade policial o caminho a ser percorrido (CVRG, 2006, p. 11).

Assim, em 3 de novembro de 1979, o protesto anti-Klan organizado pelo CWP começou sua marcha pelo bairro de trabalhadores Morningside Homes. Destaca-se que o Partido realizou esforços de inclusão da comunidade local no planejamento do protesto por meio de realização de reunião com o Conselho dos Residentes da Vizinhança, que não teve grande adesão, nem auxiliou na divulgação do ato; e com a distribuição de panfletos e conversa com os residentes, passando de casa em casa (CVRG, 2006, p. 193). No entanto, persistiu entre grande parte dos moradores o desconhecimento ou reprovação do protesto, que foi recebido por muitos com temor de retaliação da Klan (CVRG, 2006, p. 146-147).

3 O 3 DE NOVEMBRO DE 1979: MASSACRE DE GREENSBORO E SEUS IMPACTOS NO ACENTUAMENTO DAS DIFERENÇAS

No dia 3 de novembro, as preparações para o Protesto de Morte à Klan pela polícia começaram às 6 da manhã, com reunião em que se discutiu a abordagem à paisana, com poucos oficiais, que seria aplicada à ocasião. Às 9 horas, o informante Edward Dawson ligou para a polícia informando que o líder regional da Klan, Virgil Griffin, havia chegado em Greensboro, portando dois revólveres. Às 10h, os organizadores da marcha começaram a se reunir, portando cartazes com dizeres como “Morte à Klan”, e “Celebrem a Fundação do Communist Workers Party”. Entre os organizadores, havia cinco armas de fogo escondidas e alguns cassetetes e pedaços de pau (CVRG, 2006, p. 170).

Às 10h35, 35 membros da KKK e nazistas estavam reunidos na casa de um de seus membros, com a presença de nove armas de fogo, sendo três delas semi-automáticas. Além disso, os membros da Klan carrega-

vam armas brancas como facas, socos ingleses, nunchucks e gás lacrimogêneo (CVRG, 2006, p. 175).

Às 11h, os nazistas e membros da KKK saíram em direção ao protesto, distribuídos em nove carros. A caravana passou pela Polícia de Greensboro em seu caminho até o ponto de partida do Protesto, mas os policiais optaram por não pará-la – sendo que vários deles estavam em uma lanchonete na rua em que deveriam estar patrulhando. Por volta das 11h20, a Klan e os nazistas chegaram ao protesto em Morningside Homes, onde entre 40 e 50 manifestantes estavam reunidos. Não havia nenhum policial no local (CVRG, 2006, p. 175-176).

Com a chegada dos supremacistas brancos, começou uma acalorada discussão entre estes e os manifestantes, com trocas de gritos de ofensas raciais de um lado, e de “Morte à Klan” e “vocês se lembram de China Grove?” do outro. Todo o protesto estava sendo televisionado por redes de TV locais (CVRG, 2006, p. 176-178).

Em seguida, segundo testemunhas, alguns manifestantes começaram a bater nos carros da caravana e, rapidamente, alguém dentro de um deles atirou – não há, no entanto, filmagem deste momento. Frente ao primeiro tiro, os membros da Klan e nazistas começaram a atirar, com gritos de “mostre-me um negro com tripas e eu lhe mostrarei um homem da Klan com uma arma!”, e “atirem nos negros!” (CVRG, 2006, p. 178).

Seguiram-se, então, 88 segundos de tiros, a grande maioria partindo dos nazistas e da KKK. Enquanto os protestantes tentavam fugir e proteger-se, cinco mortes ocorreram. Foram assassinados os membros do CWP: César Vicente Cauce, William Evan Sampson, Sandra Neely Smith, e James Michael Waller. Além deles, morreu também o médico Michael Ronald Nathan, amigo dos membros do CWP e ativista contra a desigualdade socioeconômica na cidade. Foram feridos os manifestantes Paul Bermanzohn, que foi alvejado e terminou paraplégico pelos seus ferimentos, Claire Butler, Thomas Clark, Nelson Johnson, Rand Manzella, Don Pelles, Frankie Powell e James Wrenn. Saíram machucados também

o membro da Klan Harold Flowers e o cameraman David Dalton. Segue tabela com biografia das vítimas fatais do Massacre, como breve homenagem aos atingidos.



A polícia só chegou ao local às 11:25, quando já havia ocorrido o Massacre (CVRG, 2006, p. 170-185).

3.1 Principais impactos imediatos do Massacre (1979-1980)

Como o Massacre foi televisionado, um clima de insegurança se instalou em Greensboro, gerando a decretação de estado de emergência na cidade – com concessão à polícia para que revistasse e tomasse as armas de qualquer cidadão, além do estabelecimento de toque de recolher, bloqueio de ruas e estradas, etc. (CVRG, 2006, p. 228).

Os moradores do bairro de Morningside Homes sentiram-se especialmente inseguros e temerosos, já que estavam sob o escrutínio por parte do resto da cidade e sem receber o apoio necessário para reparar os danos à comunidade. Por sua vez, as vítimas sobreviventes e os membros do CWP, ressentidos em relação à polícia e profundamente afetados, planejaram uma marcha funerária em honra aos mortos (CVRG, 2006, p. 231, p.340-346).

No que toca às providências governamentais em nível nacional, foi enviada à cidade uma equipe de conciliação do Serviço de Relações

Comunitárias (Community Relations Service, originalmente), setor do Departamento de Justiça (CVRG, 2006, p. 231).

Apesar de seu propósito anunciado de “oferecer assistência a comunidades e pessoas na resolução de disputas, desacordos ou dificuldades ligadas a práticas discriminatórias com base em raça, cor ou origem nacional”, o Serviço atuava como desorganizador de esforços coletivos voltados à luta contra a desigualdade, principalmente por meio da disseminação de acusações de comunismo (ideologia hostilizada pelos EUA no contexto de guerra fria) e desconfiança entre ativistas (CVRG, 2006, p. 231).

Em Greensboro, o trabalho do órgão voltou-se à desorganização dos esforços anti-supremacia branca que se formavam nas universidades locais nas semanas após o Massacre, os quais tinham como fim a organizações de manifestação em apoio às vítimas (CVRG, 2006, p. 231-232).

Os trabalhadores fabris da cidade relataram grande temor e desmobilização. Alguns trabalhadores recusaram-se a comparecer ao trabalho e a segurança nas fábricas foi aumentada, com temor sentido pelos administradores de possível escalada da violência (CVRG, 2006, p. 232-233).

A marcha funerária das vítimas fatais do Massacre foi realizada no dia 11 de novembro, com coordenação do CWP. Em clima de receio por parte da polícia e da administração da cidade, a marcha contou com 1000 agentes de segurança pública, entre 400 e 1000 membros do CWP e 200 repórteres.

O Partido enfrentou desaprovações severas pelo seu discurso na ocasião e pela maneira como conduziu a marcha. Seus críticos apontaram que não houve a tentativa de articular uma frente ampla contra a KKK e que o CWP estava tentando instrumentalizar as mortes de seus membros para propagandear sua ideologia (CVRG, 2006, p. 233-234).

Nas semanas seguintes, uma série de iniciativas da sociedade civil foram organizadas em oposição à violência ocorrida na cidade, como

a Citizens for Justice and Unity (Cidadãos pela Justiça e Unidade, em português), um fórum sobre os acontecimentos em uma livraria local, e cultos inter-religiosos contra a violência de supremacia branca (CVRG, 2006, p. 236-237).

Em fevereiro de 1980, foi realizada uma marcha em protesto pelas mortes na cidade, que contou com 10.000 pessoas e mais de 300 organizações apoiadoras. Assim como na marcha funerária, o CWP foi criticado por sua insistência em carregar armas no ato e por sua agenda de expansão do Partido (CVRG, 2006, p. 237-238).

O governo da cidade, por sua vez, teve como iniciativa a formação de um Comitê Cidadão de Revisão (Citizen Review Committee, originalmente), formado por voluntários que moravam na cidade. O Comitê publicou seu relatório sobre os fatos em 22 de maio de 1980, concluindo que não havia evidências de conspiração entre a KKK e a polícia.

No entanto, o documento reconheceu certo grau de negligência por parte da força policial. Fez, nesse sentido, recomendações como a presença visível das forças de segurança pública em situações semelhantes e o banimento de armas de fogo em protestos (CVRG, 2006, p. 242-243).

Em outubro de 1980, a Comissão de Relações Humanas de Greensboro (Human Relations Commission, originalmente) publicou um relatório sobre o caso. O documento, apesar de reconhecer a existência de problemas relacionados à desigualdade racial e econômica na cidade, atribuiu a maior parte da responsabilidade pelos assassinatos a “um pequeno grupo de membros do CWP e membros da Klan” (CVRG, 2006, p. 244-247).

Além disso, o relatório destacou que os membros da força policial da cidade cooperaram com o governo e com a mídia e entendeu que não havia indícios de que qualquer funcionário público de Greensboro tivesse agido de má-fé na situação. Algumas das recomendações do Comitê de Revisão, como a de estabelecer órgão comunitário de monitoramento da polícia, foram rejeitadas pela Comissão. Nesse sentido, o órgão proferiu

recomendações que, em sua maioria, não estavam ligadas diretamente à violência ocorrida, voltando-se a questões de promoção de diálogo entre a comunidade da cidade e problemas de habitação, etc. (CVRG, 2006, p. 244-247).

Em meio às reações de setores específicos dos cidadãos de Greensboro, a mídia local também teve grande papel na formação da opinião pública nos meses que se seguiram aos acontecimentos de 3 de novembro de 1979. Nesse sentido, com exceção do jornal da comunidade negra, a mídia tendeu à culpabilização do CWP, da KKK e dos nazistas (CVRG, 2006, p. 324-336).

Nesse momento, algumas narrativas que viriam a compor o entendimento público sobre a situação se popularizaram: a) a de que o evento fora um fato infeliz que interrompeu a convivência pacífica e civilizada típica a Greensboro; b) que a violência foi trazida de fora, por grupos extremistas que não faziam parte da cidade; c) que ambas as partes (comunistas e supremacistas brancos) tinham culpa igual ou semelhante pelos acontecimentos de 3 de novembro de 1979; e d) que a polícia da cidade não tinha culpa pela violência ocorrida (CVRG, 2006, p. 324-336).

Ao longo dos próximos anos, essas narrativas se popularizaram e estabeleceram, voltadas principalmente à desresponsabilização dos serviços públicos e da cidade como um todo. Ademais, os cidadãos que participaram do processo de transição destacaram um crescimento na divisão política e racial em Greensboro (CVRG, 2006, p. 340-345).

Além de passarem pelo sofrimento de assistirem seus maridos, esposas e amigos serem mortos, os membros do CWP foram alvo de repressão por parte da população. Tendo passado, nos anos seguintes à tragédia, por imensa dificuldade de conseguirem empregos estáveis, desconexão com amizades antigas, dificuldades de inserção de seus filhos nas escolas, além de serem constantemente vigiados pela polícia local e pela CIA (sigla em inglês para a Agência de Inteligência Central estadunidense) (CVRG, 2006, p. 340-368).

Destaca-se, entre os integrantes do Partido, o caso de Nelson Johnson, que teve sua imagem pública destruída após o Massacre. Com a mídia e o Poder Público conectando sua atuação aos protestos estudantis na Universidade A&T, em 1969, e seu papel como organizador do Protesto de Morte à Klan, Johnson foi considerado pelo prefeito “o homem mais perigoso de Greensboro”. Sua vida passou a ser marcada, desde então, por dificuldades relacionais na cidade. Nesse contexto, muitos dos membros do CWP acabaram por se mudar de Greensboro, buscando afastar-se do escrutínio público da cidade e da recordação constante da tragédia de 3 de novembro.

Os moradores da Morningside Homes, mesmo aqueles que não participaram do protesto, também sofreram grandes dificuldades econômicas e relacionais na cidade nos anos subsequentes ao Massacre – além de serem também severamente afetados por depressão, síndrome de estresse pós-traumático, entre outros. Adicionalmente, fortaleceu-se entre os habitantes do bairro e a população pobre da cidade como um todo a desconfiança em relação à polícia e à administração pública (CVRG, 2006, p. 340-368).

Para explicitar esses impactos com breve exemplo, citamos alguns trechos de depoimentos colhidos pela Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro sobre as repercussões do Massacre na vida dos moradores de Morningside Homes e dos membros, ex-membros e apoiadores do CWP.

Resolvi, a partir de 3 de novembro, tomar mais cuidado com as situações em que me envolvia. Eu me tornei muito metódica com tudo que me comprometo. (...) Hoje em dia sou muito menos propensa a participar de grupos. Descobri que sou uma grande introvertida e não gosto de estar sob escrutínio público - Floris Weston, viúva de César Cauce (CVRG, 2006, p. 341).

Naquele dia, havia muitas crianças na lavanderia do outro lado da rua, na lavanderia ... Senti que toda a nossa comunidade estava em perigo ... Foi a primeira vez que vi alguém morto. Sabe, prejudicou toda a comunidade, prejudicou a mim. Eu estava com muito medo. Eles colocaram nossas famílias, eles colocaram toda a comunidade em toque de

recolher. Eu senti que a justiça não foi feita em relação a isso. Muitos de nós fomos feridos. Muitas pessoas se safaram - Doris Little, ex-residente de Morningside Homes que testemunhou o Massacre quando era adolescente (CVRG, 2006, p. 341).

Houve um impacto na família. (...) Acho que sou abençoada pela maneira como minhas meninas cresceram e seguiram em frente e tal. Mas eu sei que isso ainda as afeta. E isso é doloroso para mim. (...) E eram crianças pequenas indo para a escola, escola pública. Então, por um lado, as pessoas foram simpáticas porque existe essa visão particularmente na comunidade negra sobre a Klan e tal. Mas, ao mesmo tempo, as pessoas diziam “seu pai causou esse problema”. E “seu pai trouxe isso aqui”. E “ele ameaçou a vida de pessoas em Morningside”. Sabe, porque “ele os trouxe, ele os convidou. E daí ele nem sequer estava pronto.” (...) ... Elas tiveram que lidar com isso. - Joyce Johnson, wife of Nelson Johnson and former CWP member who talked about her daughters (CVRG, 2006, p. 341-342).

Isso me deixou em um estado de espírito... como se eu simplesmente não quisesse ser incomodado com ninguém, porque me fez sentir como se eu fosse inútil ali, pelo fato de ter visto o que aconteceu. Eu já estava passando por muita coisa (...) e quando vi aquilo, perdi toda a esperança. - Elijah Andrews, morador de Morningside Homes em 3 de novembro de 1979 que sofreu de depressão depois do Massacre. (CVRG, 2006, p. 342).

4 BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS TRÊS JULGAMENTOS DO CASO: POLARIZAÇÃO DE INTERESSES NO SISTEMA DE (IN)JUSTIÇA

Nos anos seguintes ao Massacre, o sistema judiciário estadunidense se mobilizou para abordar o caso.

O primeiro julgamento se deu no Tribunal Estadual de Carolina do Norte, de 4 de agosto a 17 de novembro de 1980. Neste, o Estado acusou catorze membros da KKK e nazistas dos crimes de revolta e assassinato em primeiro grau.

Na preparação para o julgamento, que ocorreu por meio de júri, a defesa e a acusação valeram-se da regra então vigente que permitia a

dispensa de jurados de forma quase ilimitada. Como resultado, formou-se um júri exclusivamente branco, sob a justificativa de que pessoas negras seriam parciais por nutrirem viés contra a KKK e os nazistas. Essa lógica, porém, não foi aplicada na mesma medida ao fortíssimo anticomunismo vigente nos EUA naquela época (CVRG, 2006, p. 258-262).

Como reflexo do cenário desfavorável aos membros do CWP e da falha de comunicação entre os advogados do Partido, o julgamento não contou com testemunho das viúvas e demais vítimas, dos procuradores públicos, nem dos integrantes do CWP.

Os membros do CWP tinham medo de serem incriminados, caso testemunhassem. Além dos integrantes do partido, o informante da polícia, Edward Dawson, também não pode testemunhar no caso, já que os procuradores entenderam que seu depoimento favoreceria a KKK (CVRG, 2006, p. 270).

O julgamento partiu de técnicas não científicas de localização de tiros a partir de som, que foram apresentadas como evidências legítimas por “especialista” do FBI. Segundo a análise do agente, a “pegada de som” dos tiros, como ouvidos nas filmagens televisionadas do dia 3 de novembro, apontava para um primeiro tiro vindo dos manifestantes.

Os próprios cálculos do depoente foram contraditórios ao longo do julgamento e seu método foi, posteriormente, completamente rejeitado pelo FBI. No entanto, a interpretação dessa “perícia”, tomada como verdadeira, teve impacto no entendimento do caso pelos jurados (CVRG, 2006, p. 272-273).

No fim deste primeiro julgamento, o júri considerou os membros da KKK e nazistas inocentes de todas as acusações, acolhendo o argumento da defesa de que os acusados teriam agido em legítima defesa após terem seus carros balançados e atacados com paus.

O segundo julgamento aconteceu no âmbito da Justiça Federal estadunidense, de 9 de janeiro a 15 de abril de 1984. Neste, nove membros

da Ku Klux Klan e do Partido Nazista foram acusados dos crimes federais de conspiração para o comedimento de ofensa ou fraude aos Estados Unidos; conspiração para violar os direitos civis de indivíduos devido a sua raça ou religião e sua participação em uma atividade administrada por qualquer estado ou subdivisão de estado; e conspiração para violar os direitos de indivíduos devido a sua participação em atividade integrada. Três dos acusados foram indiciados também por ações que resultaram em ferimentos ou morte e dois por conspirar para interferir em investigação federal (CVRG, 2006, p. 281-286.)

O júri foi novamente composto apenas de pessoas brancas, algumas das quais afirmaram não saber do que a KKK se tratava e uma que chegou a dizer que tinha “sentimentos negativos e positivos” em relação à organização supremacista branca. Assim, apesar de o julgamento contar com investigação mais extensa, realizada pelo FBI, e com testemunhos dos membros do CWP (que não tinham deposto no primeiro julgamento), os jurados consideraram os acusados inocentes de todas as acusações (CVRG, 2006, p. 289-290).

Por fim, o último julgamento se deu na esfera cível e foi ajuizado por onze manifestantes e cinco viúvas dos assassinados no Massacre, indo de 11 de março a 7 de junho de 1985. Inicialmente, foram acusadas 87 pessoas, incluindo membros da KKK, nazistas, profissionais da polícia de Greensboro, do FBI e do governo na cidade. O júri foi composto por cinco pessoas brancas e um homem negro. O julgamento foi longo e, devido à grande quantidade de acusações e à sua complexidade, a explicação oferecida ao júri pelo juiz do caso foi reportada como extensa e confusa (CVRG, 2006, p. 300-304).

Ao fim do julgamento, o júri considerou o policial encarregado do informante da polícia na KKK, o próprio Edward Dawson, três membros da Klan, e dois do Partido Nazista como responsáveis pela morte injusta do Dr. Michael Nathan. Foi determinado que Martha Nathan, sua viúva, recebesse 351.500 dólares como indenização. Nenhuma das outras mortes foi considerada responsabilidade dos acusados, cabendo a alegação

de legítima defesa. Além disso, quatro nazistas e homens da KKK foram condenados por lesão corporal ao Dr. Nathan, a Paul Bermanzohn e ao manifestante Tom Clark – devendo ser pagas, no total, indenizações somadas em 43.358,55 dólares (CVRG, 2006, p. 305-306).

A indenização total de 394.858 dólares foi objeto de acordo negociado pela cidade de Greensboro, que acabou assumindo para si o pagamento a ser realizado pelos acusados e pagando \$351.500 a Martha Nathan (CVRG, 2006, p. 307-308).

Nos anos que se seguiram aos julgamentos, percebidos como injustos e insuficientes, as vítimas do Massacre continuaram a se articular e lutar por justiça em relação aos acontecimentos.

Em 1999, na ocasião dos 20 anos do Massacre, houve a idealização do Projeto de Verdade e Reconciliação Comunitária de Greensboro. Os diálogos seguiram acontecendo até que, em 2004, a Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro (CVRG) foi criada por membros da sociedade civil, sem qualquer apoio do Estado.

A atuação de Justiça Restaurativa de Transição pela CVRG é objeto de análise do artigo seguinte. Para este trabalho, importa salientar que, mesmo após a publicação do relatório final da Comissão, a mobilização a respeito de justiça, memória e verdade permaneceu ativa na cidade.

O interesse em compreender as causas e repercussões do Massacre seguia presente na população de Greensboro. A atuação da Comissão trouxe alguma luz sobre os fatos, mas não foi suficiente para transformar a realidade de desigualdade e polarização na região. Isso, somado ao forte senso de injustiça fez com que a mobilização sobre o tema siga viva em Greensboro até o presente.

A título de exemplo, mencionamos que, em 2012, Greensboro passou a contar com práticas de conferências comunitárias transformativas²³

23 – As CCTs são práticas comunitárias que buscam, por meio de abordagem narrativa, compreender o mapa ampliado do conflito e contribuir para o fortalecimento comunitário; a identificação e materialização de narrativas sociais desejadas; e a construção de um

(CCTs) e que, mais recentemente, em 2022, foi inaugurada a Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação da Carolina do Norte (North Carolina Truth, Justice and Reconciliation Commission, originalmente), com a participação de Nelson Johnson e sua esposa e também ex-membro do CWP, Joyce Johnson.

A iniciativa ainda está em suas fases iniciais, sem qualquer notícia mais específica sobre o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, sua mera criação indica a busca constante por verdadeira e cada vez mais profunda transformação das condições de violência histórica e estrutural na cidade, região e estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de descrever e sistematizar os eventos relacionados ao Massacre de Greensboro, abordando as relações entre o Partido Comunista dos Trabalhadores, a Ku Klux Klan e o Partido Nazi Americano não foi uma tarefa fácil.

Para além da dificuldade de abordar um evento que aconteceu em 1979, na Carolina do Norte, e que segue com efeitos no presente, em vários momentos, olhar para o que acontecia em Greensboro parecia lançar uma lupa de aumento em importantes fatos históricos dos EUA.

Para fazer essa reconstrução, utilizamos especialmente o Relatório Final da Comissão da Verdade e Reconciliação de Greensboro (CVRG); as postagens e comentários do blog da CVRG; a filmagem do evento

plano de transformação comunitária (HOOKER, 2016).

As conferências comunitárias transformativas têm por base uma visão restaurativa de justiça. Isto é, uma compreensão de justiça - para além do sistema oficial do Estado - que busca satisfação de necessidades básicas dos seus participantes, tendo especial cuidado com aqueles que estão sofrendo ou sofreram alguma dor e dano.

Enquanto prática de Justiça Restaurativa, as CCTs buscam não apenas entender e responder aos efeitos imediatos de um conflito, o que inclui as eventuais violências, mas também compreender as causas que tornaram aquele conflito possível. Com isso, buscam identificar o conteúdo, o contexto, os padrões de relacionamento e as estruturas que compõem dado conflito para, com essa consciência, mobilizar os recursos e talentos necessários para satisfazer necessidades e transformar a realidade.

Truth Matters! The 1979 Klan/Nazi Greensboro Massacre, produzido pela organização da sociedade civil Repairers of the Breach; os conteúdos de Verdade e Reconciliação de autoria e armazenamento no site Beloved Community Center, os quais incluem cartas abertas das viúvas e sobreviventes da tragédia.

Passadas mais de quatro décadas do Massacre, a impressão que fica é a de que, em Greensboro, o ano de 1979 segue se prolongando no tempo. O “fim dessa história” não veio com o término da guerra fria, assim como não tinha acontecido com o encerramento da Guerra de Secessão. Greensboro é ator e testemunha da persistência dos efeitos de uma abolição inconclusa e de uma Reconstrução sem diálogo.

Embora as relações entre a Klan, comunistas e nazistas na Greensboro de 1979 possa soar distante para o leitor brasileiro, esperamos que esse artigo suscite reflexões e questionamentos também sobre nossas “histórias mal contadas”.

No fundo, considerando a pesquisa maior da qual esse artigo faz parte, esse foi um dos principais interesses que nos fizeram olhar para a experiência de Justiça de Transição de Greensboro. Assim como aconteceu nos EUA, e como diz o samba enredo da Mangueira de 2019²⁴, acreditamos que “Brasil, chegou a vez/ de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”.

Referências bibliográficas

ABEL, Jason A. American Nazi Party and Related Groups. *The First Amendment Encyclopedia*. 2009. Disponível em: <<https://www.mtsu.edu/first-amendment/article/1172/american-nazi-party-and-related-groups>> Acesso em 17 nov. 2022

BAKER, Robert. *Personal Liberty Laws*. Disponível em: <<https://www.essentialcivilwarcurriculum.com/personal-liberty-laws.html#:~:text=The%20>

24 – Em “Histórias Para Ninar Gente Grande”, samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira no carnaval carioca de 2019, a escola de samba propôs-se a trazer para a Avenida Marquês de Sapucaí a memória de personagens históricos que não costumam ser lembrados na “história oficial” do país (OLIVEIRA, 2020).

personal%20liberty%20laws%20of,Fugitive%20Slave%20Act%20of%201793.>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BEITLER III, James Edward. *Remaking Transitional Justice in the United States: The Rhetorical Authorization of the Greensboro Truth and Reconciliation Commission*. Nova York, Springer, 2013.

BELOVED COMMUNITY CENTER. *Greensboro Truth & Reconciliation Commission Presentation 2006 (16min version)*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UKnZmuijO9M>>. Acesso em 22 nov. 2022.

BELOVED COMMUNITY CENTER. *Pat Clark and Angela Lawrence share at the 5th Anniversary Historic Greensboro TRC*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UKnZmuijO9M>>. Acesso em 22 nov. 2022.

BELOVED COMMUNITY CENTER. *Truth & Reconciliation*. 2022. Disponível em: <<https://belovedcommunitycenter.org/truth-reconciliation/>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BELOVED COMMUNITY CENTER. *Joyce's Bio*. 2022. Disponível em: <<https://belovedcommunitycenter.org/about/>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CAPPELLA, Joseph. N.; Jamieson, Kathleen H. *Spiral of cynicism: The press and the public*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

COFFIN, Alex; WILLIAMS, Wiley. *Underground Railroad*. Disponível em: <<https://www.ncpedia.org/underground-railroad>>. Acesso em: 08 nov. 2022

COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE GREENSBORO. *Another GTRC Social*. 2005. Disponível em: <<http://gtrc.blogspot.com/2005/08/>>. Acesso em 17 jun. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE GREENSBORO. *Greensboro Truth & Reconciliation Commission - a space for open community dialogue about the work of the Commission*. 2005. Disponível em: <https://gtrc.blogspot.com/>. Acesso em 22 nov. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE GREENSBORO. *Greensboro Truth and Reconciliation Commission Report*. Greensboro: CVRG, 2006.

COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE GREENSBORO. *Is The Truth knowable? Whose Truth?*. 2006. Disponível em: <<http://gtrc.blogspot.com/2006/06/>>. Acesso em 17 jun. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE GREENSBORO. *Statement Archives*. 2005. Disponível em: <https://greensborotrc.org/hear_statements.php>. Acesso em 18 jun. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE GREENSBORO. *Ubuntu Weekly* #66. 2006. Disponível em: <<http://gtrc.blogspot.com/2006/05/>> Acesso em: 13 jun. 2022

FARMER, Paul. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. In. KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M.. *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 261-285.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. *KKK Series*. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/history/famous-cases/kkk-series>>. Acesso em: 12 out. 2022.

FERRIS STATE UNIVERSITY. JIM CROW MUSEUM. *What was Jim Crow Image Gallery*. Disponível em: <<https://www.ferris.edu/HTMLS/news/jimcrow/what.htm>>. Acesso em 07 nov. 2022.

FERRIS STATE UNIVERSITY. JIM CROW MUSEUM. disponível em: <<https://www.ferris.edu/HTMLS/news/jimcrow/what2.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Vol. 6, No. 3 (1969), pp. 167-191.

GLEENWOOD. *Comentário ao post Ubuntu Weekly #61*. 2006. Disponível em: <https://www.blogger.com/comment.g?blogID=11326283&postID=114599980709314160&isPopup=true&bplic=1&pli=1>. Acesso em 17 jun. 2022.

GREENSBORO MASSACRE: LESSONS FOR TODAY. *Introduction to the Five*. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20201225011925/https://www.greensboromassacrelessonstoday.org/introduction-to-the-five/>>. Acesso em 27 jun. 2022.

HOOKE, David Anderson. *The Little Book of Transformative Community Conferencing*. Nova York: Good Books, 2016.

MAGARRELL, Lisa; WESLEY, Joya. *Learning from Greensboro: Truth and Reconciliation in the United States*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 2008.

MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna. *Transitional Justice From Below: An Agenda for Research, Policy and Praxis*. In: MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna (Eds.). *Transitional Justice from Below*. p. 1-15. Portland: Hart Publishing, 2008.

NATIONAL PARK SERVICE. *Jim Crow Laws*. Disponível em: <https://www.nps.gov/malu/learn/education/jim_crow_laws.htm>. Acesso em: 08 nov. 2022.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. História para ninar gente grande: o desfile das escolas de samba como espaço para a produção de história pública – um estudo sobre o enredo da Mangueira de 2019. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 420-456, dez. 2020.

SMITHSONIAN MUSEUM. NATIONAL MUSEUM OF AMERICAN HISTORY. *Separate is not equal: Brown v. Board of education*. Disponível em: <<https://americanhistory.si.edu/brown/history/1-segregated/segregated-america.html>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. *Ku Klux Klan*. Disponível em: <<https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/ideology/ku-klux-klan>>. Acesso em 11 out. 2022.

REPAIRERS OF THE BREACH. *Truth Matters! The 1979 Klan/Nazi Greensboro Massacre*. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IVPURrExb2U>>. Acesso 23 jun. 2022.

UNITED STATES COURTS. *History – Brown v. Board of Education Re-enactment*. Disponível em: <<https://www.uscourts.gov/educational-resources/educational-activities/history-brown-v-board-education-re-enactment>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

WASHINGTON POST. *Nazi's Showing in N.C. Race Embarrasses GOP*. 1980. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1980/05/14/nazis-showing-in-nc-race-embarrasses-gop/84295cd5-37c3-449c-b8b6-cea599978b14/?noredirect=on>> Acesso em 17 nov. 2022

WINTER, Deborah DuNann. LEIGHTON, Dana. Structural violence. In.: CHRISTIE, D. J.; WAGNER, R. V.; WINTER, D. D. (Edt.). *Peace, conflict, and violence: Peace psychology in the 21st century*. New York: Prentice-Hall, 2001.

Texto apresentado em novembro de 2021. Aprovado para publicação em dezembro de 2022.